

21 JUN 1996

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@estado.com.br



JULIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO
FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

JULIO DE MESQUITA NETO
 (1969 - 1996)

Diretor-responsável
 FERNÃO L. MESQUITA

Diretores
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor-superintendente
 Francisco de Mesquita Neto

Diretor-executivo
 Leão Serva

Diretor-comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita

Editor-chefe
 Celso Kinjô

Diretor da Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

As boas notícias e a má

Um conjunto de informações divulgadas pelos jornais nos últimos dias mostra um Brasil em plena recuperação social e econômica. O estudo da ONU sobre o desenvolvimento humano no Brasil, por exemplo, revela que o País, a despeito da persistência de muitas dificuldades, progrediu de maneira contínua nos últimos anos. Números sobre o desempenho recente da economia brasileira, de sua parte, mostram que a fase de ajuste, que trouxe dificuldades para as empresas e para os trabalhadores, está terminando. Há uma retomada gradual do crescimento em praticamente todos os segmentos da economia, visível sobretudo no aumento da produção industrial e das vendas do comércio.

Diversos setores industriais vêm apresentando grande expansão, inclusive em relação aos primeiros meses do ano passado, quando ainda se vivia a euforia do consumo que se seguiu à chegada do Real. O desempenho mais notável talvez seja o da indústria eletroeletrônica. As vendas de produtos eletroeletrônicos no País em maio foram 7,8% superiores às de abril e 49,6% maiores do que as de maio de 1995. No mês passado, as vendas de televisores bateram o recorde histórico, com 786 mil unidades comercializadas. Também foram recordes as vendas de freezers verticais, lavadoras automáticas, fornos de microondas e fogões.

A balança comercial, que acumulava um déficit de US\$ 237 milhões no período janeiro—abril deste ano, pôde ter iniciado em maio uma nova fase. No mês passado, as exportações brasileiras superaram as importações em US\$ 268 milhões, resultado que cobre o déficit dos quatro primeiros meses do ano e ainda deixa um saldo positivo de US\$ 31 milhões. Não se procura mais, como se procurou no passado, obter superávits comerciais a qualquer custo, porque isso não é mais necessário para equilibrar as contas externas, visto que o Brasil vem registrando boa entrada

de capitais externos, inclusive na forma de investimentos diretos. Mas é preciso que as exportações continuem a crescer, para que o País possa importar mais, tanto para atender ao consumo, como para renovar e ampliar o parque produtivo e alimentar as indústrias com matérias-primas e insumos.

O governo vem, há meses, reduzindo as restrições ao crédito — sua decisão mais recente foi a de eliminar os limites para os financiamentos com cartões de crédito — com o objetivo de estimular a demanda e, para marcar o início de uma etapa de aberto apoio ao crescimento, anunciou anteontem medidas para aumentar as exportações, ajudar as microempresas e fortalecer a indústria da construção. São áreas que influenciam de maneira sensível a atividade econômica e o nível de emprego. A estabilização continua sendo o objetivo principal, como ressaltou o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando as medidas foram anunciadas, mas estabilização “não significa a ausência do crescimento”. O governo pretende que agora se inicie a fase de crescimento sem inflação.

No que se refere ao setor privado, essa é uma meta perfeitamente alcançável, como mostram alguns dos números acima citados. As dificuldades, como sempre, estão no setor público. Nele, a realidade não mudou e tende a piorar. A dívida pública continua a crescer, da mesma forma que o déficit público, que no conceito operacional atingiu 1,47% do PIB nos cinco primeiros meses do ano (no mesmo período do ano passado, ficara em 0,61% do PIB). Não mudou porque o Congresso não quer que mude.

Enquanto a sociedade se ajusta e espera que o setor público faça a parte que lhe cabe, o Congresso Nacional continua, por meio de uma minoria que não aceita a eliminação das distorções e privilégios existentes no Estado brasileiro, a impedir de maneira sistemática a aprovação das mudanças necessárias.